



LISTA DE VERIFICAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS

Esta lista representa uma coleção não exaustiva de práticas eficazes de proteção à vítima compilada pelo Escritório de Monitoramento e Combate ao Tráfico de Pessoas do Departamento de Estado com base em diversas fontes, incluindo ONGs e governos estrangeiros. As sugestões listadas podem não ser viáveis ou apropriadas em todas as situações, mas representam práticas que os governos podem considerar ao desenvolver estratégias de proteção às vítimas.

IDENTIFICAÇÃO

- Desenvolver e implementar procedimentos operacionais padrões a fim de identificar as vítimas do tráfico entre populações vulneráveis. Esses procedimentos operacionais padrões devem incluir indicadores de tráfico de pessoas adaptados a circunstâncias locais.
- Capacitar funcionários do governo, especialmente a equipe de primeiros socorros e aqueles que trabalham com imigração, trabalho, bem-estar infantil e forças de aplicação da lei, a fim de identificar e encaminhar as vítimas para os serviços apropriados.
- Implementar um programa de capacitação que abranja métodos de identificação de vítimas para profissionais de saúde, advogados, assistentes sociais, professores, inspetores no local de trabalho, defensores do bem-estar infantil, líderes religiosos e outros profissionais suscetíveis de encontrar vítimas do tráfico de pessoas.
- Realizar campanhas específicas de conscientização que sejam cultural e linguisticamente apropriadas em comunidades, indústrias e áreas sob risco de haver tráfico de pessoas.
- Realizar triagens para identificar potenciais vítimas do tráfico entre as pessoas encarceradas ou mantidas em centros de detenção de imigração, pois as vítimas podem ser presas ou detidas por oficiais da lei devido a crimes cometidos como resultado de sua situação de tráfico.
- Adotar programas para fazer a triagem de populações de imigrantes vulneráveis, incluindo requerentes de asilo e crianças não acompanhadas, na fronteira e no mar, a fim de identificar indicadores do tráfico de pessoas.
- Informar trabalhadores que tenham ou não cidadania sobre seus direitos relevantes ao local de trabalho e outros direitos a fim de facilitar que eles mesmos façam denúncias de violações e explorações trabalhistas, incluindo o tráfico de pessoas.
- Estabelecer e divulgar uma linha direta em âmbito nacional com opções relevantes de idiomas a fim de facilitar o encaminhamento a oficiais da lei e prestadores de serviços para vítimas de tráfico de pessoas.
- Assegurar que as habilidades apropriadas de interpretação estejam disponíveis entre as equipes de primeiros socorros e funcionários que fazem a triagem de vítimas em potencial com base em indicadores de tráfico.
- Monitorar indústrias do setor privado com alto risco de exploração laboral, incluindo o tráfico de pessoas.
- Adotar medidas para proteger a identidade das vítimas em comunicados de imprensa e outros documentos públicos, inclusive permitindo que as vítimas decidam se devem revelar informações que as identifiquem.

PROCESSOS JUDICIAIS

- Manter a confidencialidade sobre a identidade e as informações a respeito das vítimas de tráfico em procedimentos legais, desde que compatível com a legislação nacional.
- Permitir que o testemunho das vítimas seja apresentado de forma menos traumática durante os processos criminais contra os traficantes, de acordo com a legislação nacional.

- Capacitar oficiais da lei no que se refere a direitos e proteções das vítimas, para que eles tratem essas pessoas como vítimas, em vez de penalizá-las por atos ilegais cometidos como resultado direto de serem traficadas.
- Promulgar leis que permitam que tanto os adultos como as crianças vítimas do tráfico busquem ordens judiciais revogando ou eliminando condenações penais imputadas contra eles em razão de uma grande variedade de crimes não violentos que foram obrigados a cometer.
- Criar protocolos de aplicação da lei que exijam a proteção e o tratamento adequados das vítimas de tráfico.
- Promulgar leis que permitam que as vítimas do tráfico busquem recursos legais contra seus traficantes e restituição financeira pelas perdas e traumas que tiveram.
- Fornecer às vítimas informações sobre seus direitos e quaisquer procedimentos jurídicos relevantes em um idioma que entendam.
- Adotar medidas apropriadas e viáveis a fim de proteger as vítimas do tráfico e seus familiares de intimidação e retaliação por parte dos traficantes.
- Proporcionar acesso a serviços e apoio às vítimas durante os procedimentos jurídicos a fim de ajudar a aliviar o ônus por cooperarem.

SERVIÇOS

- Disponibilizar serviços apropriados às vítimas, incluindo cuidados de saúde; alojamento de emergência e de transição, além de assistência para alojamento por um prazo mais extenso; aconselhamento voltado para saúde mental; tratamento de abuso de substâncias; ajuda-alimentação; assistência para adquirir vestuário; capacitação e colocação educacional e vocacional; localização e reunificação familiar; tradução e interpretação; defensoria no sistema de justiça criminal; apoio espiritual; assistência jurídica nas áreas penal, civil e imigratória; planejamento de segurança; repatriação; e assistência para encontrar e acessar todos esses serviços.
- Assegurar que o abrigo e os serviços sejam apropriados de acordo com a idade, o gênero e as necessidades especiais das vítimas.
- Permitir que as vítimas decidam se querem aceitar abrigo e serviços.
- Financiar ONGs experientes a fim de fornecer abrigo e serviços.
- Criar informações de assistência às vítimas relativas a serviços disponíveis, e fazer a divulgação em locais apropriados.

SOLUÇÕES DURADOURAS

- Disponibilizar status imigratório temporário às vítimas do tráfico, juntamente com autorização de trabalho a fim de proporcionar estabilidade, inclusive durante a participação em uma investigação ou processo judicial.
- Desde que desejarem, facilitar a repatriação voluntária e segura das vítimas do tráfico.
- Financiar serviços de reintegração para vítimas que regressam a seus países.
- Explorar o reassentamento em países terceiros se o retorno ao país de origem não for seguro e puder incluir dificuldades, retribuições ou a possibilidade de a vítima ser explorada novamente.
- Disponibilizar a opção de status de imigração como uma solução a longo prazo quando o retorno não for seguro e puder incluir dificuldades, retaliações ou a possibilidade de a vítima ser explorada novamente.